

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES,  
REALIZADA NO DIA TRINTA DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE**

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e quinze, pelas dez horas, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2 – ORDEM DO DIA**

- f) Fixação das Taxas Municipais ao abrigo da alínea d) do n.º1 do art.º25 da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro e alíneas a) e c) do n.º 1 do art.º 112 do Decreto-Lei n.º287/2003 de 12 de Novembro;
- g) Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável ao abrigo da alínea d) do n.º1 do art.º25 da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro e art.º 18 da Lei n.º73/2013 de 3 de Setembro;
- h) Participação variável no IRS ao abrigo do art.º 26 da Lei n.º73/2013 de 3 de Setembro;

**3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO**

**4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, e de seguida procedeu-se à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: José Severino Soares Miranda, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Tiago Miguel da Costa Vaz de Sousa, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, Adelino Maximiano Figueiredo, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Marcos André Lopes Paulo, Cristina Maria Campos Guerra, Tiago Rafael Pratas Andrade, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, Paulo Jorge da Costa Dinis, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, António Eduardo Ribeiro da Silva, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Manuel José Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.

O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração à ata da anterior sessão;

O deputado Artur Oliveira referiu que os membros da Assembleia receberam um projeto de ata, no entanto dada a contingência de na última Assembleia ter usado da palavra um vereador, posteriormente ao envio do projeto de ata e depois de uma audição mais cautelosa da gravação, foi feito um pequeno ajustamento a nível de construção frásica. Colocada à votação foi a mesma aprovada por maioria com dez abstenções.

Antes de se entrar no ponto 1 da Ordem de Trabalhos: "Período antes da Ordem do Dia", o Sr. Presidente da Assembleia referiu que a Lei 75/2013 de 12 de Setembro continua a ser desrespeitada, nomeadamente o Art.º 25, n.º 2, alínea c), Art.º 26, n.º2, Art.º30, n.º2 e Art.º 31.

Passou-se de seguida ao Período Antes da Ordem do Dia, tendo usado da palavra o deputado Luís Filipe Reis para referir que na última Assembleia o seu nome foi proposto para uma votação, mas não tendo dado autorização para o seu nome constar na lista não está disponível para ocupar esse lugar.

Referiu ainda que no início do mandato o seu nome tinha sido votado como suplente do representante da Assembleia no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e, ao que sabe, o representante faltou mas até à data ainda ninguém o convocou.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que o representante das Juntas de Freguesia está eleito e, não havendo na altura nenhuma reclamação, a eleição é legal. Caso o deputado Luís Filipe Reis não queira ser suplente, proceder-se-á na próxima Assembleia à eleição de um novo suplente.

Usou da palavra o Membro da Assembleia Manuel Gonçalves para referir que a Assembleia Municipal é um espaço de liberdade onde sempre se chegou a um consenso apesar de haver opiniões e ideias divergentes. Acrescentou que o móbil da Assembleia sempre foi o ato de ser livre, mas com os últimos acontecimentos essa liberdade tem sido cerceada porque se perdem em querelas e esquecem o mais importante – o bem-estar da população e, nessa medida, é necessário que as partes que têm contribuído para este clima reconheçam que a liberdade está acima de tudo.

Seguidamente abordou duas situações que exemplificam a privação à liberdade – a precaridade em que vivem as crianças da Síria e os atentados em Paris.

Por fim pediu ao Sr. Presidente da Assembleia que se fizesse um minuto de silêncio pelas vítimas dos atentados em Paris, o qual foi aceite.

Passado um minuto o Membro da Assembleia Cristina Guerra usou da palavra e subscreveu o que foi dito pelo deputado Manuel Gonçalves relativamente ao funcionamento da Assembleia, dizendo que as duas instituições devem entender-se e haver cedências de parte a parte de modo a que os trabalhos possam decorrer na normalidade.

Abordou a questão da morte de um funcionário da Câmara que, ao que sabe, estava cedido a outra instituição e, nessa medida, questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca do tipo de protocolo que foi feito e como está a decorrer o processo relativamente aos seguros, uma vez que o funcionário tem filhos e a situação tem de ser acautelada. Deixou um voto de pesar.

De seguida referiu que não compreende porque é que os Bombeiros Voluntários e as Instituições estão a fazer transportes escolares depois de haver no concelho empresas sedeadas para o efeito que pagam derrama e outros impostos, acrescentando que se está a desrespeitar a livre concorrência.

Seguidamente falou na discriminação relativamente às refeições do 1.º ciclo, na medida em que independentemente do escalão em que estão inseridas, as crianças têm direito às refeições gratuitas, à exceção das crianças cujo agregado familiar reside em Fornos de Algodres. Não vê razão para esta discriminação, acrescentando que há uma dupla penalização às pessoas contributivas em sede de IRS.

Abordou novamente a questão do saneamento da escola C+S, referindo que gostaria de ver este assunto representado em números no próximo orçamento. Disse ainda que no seu mandato vai envidar todos os esforços e servir-se de todos os meios para que a escola venha a ter esgotos.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que relativamente à questão do saneamento da C+S, a primeira diligência a ser tomada foi reunir com a Delegada Regional da DGESTE, em Coimbra, que prometeu enviar dois técnicos ao local para, em conjunto com os serviços técnicos da Câmara, avaliarem a situação e inscrever verbas para o efeito, ainda no orçamento de 2015 mas, até à data, ninguém apareceu.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o investimento em causa não é fácil, para ele também é uma questão premente, mas aguarda a sua resolução com a Delegada Regional da DGESTE, em conformidade com o que lhe foi transmitido na reunião.

Relativamente às refeições escolares, referiu que todas as questões são discutíveis, as crianças das aldeias têm de se levantar muito cedo, não têm a possibilidade de ir almoçar a casa e, vistas as coisas por esse prisma, não há qualquer discriminação. Referiu também que se as suas filhas almoçassem em Fornos, seria vergonhoso que não pagassem o almoço. No entanto, uma vez que houve algumas reclamações, o assunto será discutido de modo a que no próximo ano seja adotada outra medida.

No que concerne aos transportes escolares a lei é muito rígida nomeadamente em relação ao número de anos das carrinhas. Uma vez que a Câmara não tem disponibilidade financeira para a aquisição de novas carrinhas, foi solicitado um parecer ao IMTT no sentido de arranjar uma solução. A solução encontrada foi proceder ao transporte das crianças por intermédio dos Bombeiros Voluntários e Associações; o transporte em táxi está fora de questão na medida em que seria muito dispendioso para a Câmara.

Relativamente à morte do funcionário, as situações relativas aos seguros estão acauteladas bem como as responsabilidades da Câmara para com a família e, caso seja necessário, terão também o apoio dos Serviços Sociais da Câmara.

A deputada Cristina Guerra colocou ao Sr. Presidente da Câmara duas questões: se é legal serem estas instituições a transportar as crianças; qual a despesa decorrente das refeições das crianças fora do concelho e qual seria a despesa se integrássemos as crianças que residem na sede.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o valor não é muito elevado, vão avaliar novamente a situação, no sentido de no ano que vem se poder arranjar outra solução.

Relativamente aos transportes escolares a questão foi colocada ao IMTT, cujo parecer foi favorável.

O Sr. Presidente da Assembleia questionou o Sr. Presidente da Câmara se a apólice de acidentes de trabalho da Câmara cobre esta situação em termos de indemnização, ao que este respondeu que independentemente da

mudança de seguradora, o conteúdo da apólice é o mesmo. Foi feita uma participação ao seguro por parte da Câmara Municipal e também por parte dos Bombeiros Voluntários.

O Membro da Assembleia Rui Furtado interveio para apresentar uma Moção da Bancada do Partido Social Democrata:

“Moção do PSD/Fornos de Algodres

Por uma boa relação institucional

A relação institucional entre o poder executivo, poder deliberativo e juntas de freguesia é um bem essencial à convivência democrática e base de apoio à promoção e desenvolvimento de qualquer concelho. Foi este o caminho sempre escolhido pelos representantes do PSD nos vários órgãos em que têm estado representados, pautando-se na defesa dos interesses do município com racionalidade, espírito construtivo, seriedade e frontalidade como forma de contribuir para uma convivência saudável e democrática.

Ora, o abandono da última Assembleia Municipal pelo senhor presidente da CM, pelos vereadores e pela bancada do Partido Socialista, além de clara violação da lei 169/99, demonstra falta de respeito ao órgão deliberativo, e pouco sentido de responsabilidade e convivência democrática.

Assim, não podendo a bancada do PSD deixar passar em claro este ato irresponsável e antidemocrático, vimos demonstrar o nosso repúdio por tais atitudes e vincar o nosso desejo para que, no futuro, tal não volte a acontecer para o bem do município e para o respeito mútuo entre os respetivos órgãos deliberativo e executivo.”

Usou da palavra o deputado Manuel Gonçalves para referir que a Bancada do PS não aceita lições de moral de ninguém dentro da Assembleia. Sempre se pautaram pela liberdade e, nessa medida, a sua primeira intervenção foi no sentido de acalmar os ânimos, atitude que ele não vê por parte da Bancada do PSD. Acrescentou que a saída da bancada do PS da Assembleia se deveu a um ato de falta de respeito do Sr. Presidente da Assembleia para com o Sr. Presidente da Câmara e, perante esse facto, tomaram a atitude que acharam correta. Estão há 40 anos na oposição e sempre tiveram a hombridade de defender o concelho, daí o seu repúdio à moção apresentada.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que está sempre disponível para encetar o diálogo, mas não admite que o “enxotem” da Câmara, que não lhe facultem os meios para o exercício da atividade da Assembleia e que haja acontecimentos que não chegam ao seu conhecimento. Na Assembleia anterior propôs o funcionário José Ângelo para assessorar a Mesa da Assembleia, ao que lhe foi dito que o funcionário não estava disponível. Em conversa com o próprio, este mostrou-se disponível para desempenhar essas funções.

O deputado Manuel Gonçalves questionou o Sr. Presidente da Assembleia, enquanto Presidente de Câmara qual era o gabinete e o apoio técnico que deu aos “exs.” Presidentes de Assembleia. Referiu também que a falta de apoio é extemporânea porque tudo o que vem na lei está a ser cumprido pelo Presidente da Câmara e se a Câmara está a negar alguma coisa, isso terá de ser quantificado pela Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que anteriormente havia no edifício da Câmara um gabinete de apoio à Assembleia Municipal que raramente era utilizado.

Uma vez que são de partidos diferentes não aceita o núcleo de apoio proposto pelo Sr. Presidente da Câmara e cabe à Mesa da Assembleia propor as pessoas que a vão assessorar, assim como também não aceita que a Câmara substitua a mesa da Assembleia no envio de documentação para os membros da Assembleia.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que na primeira abordagem que fez ao funcionário José Ângelo, este mostrou-se indisponível para trabalhar para a Assembleia, tendo mais tarde mudado de opinião.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que a “Palavra do Presidente” terá de ser enviada pelo Sr. Presidente da Câmara com 5 dias de antecedência e não aceita de modo algum que seja a Câmara Municipal a enviá-la para os Membros da Assembleia, considera-o uma ofensa e uma violação à lei e, como tal, passar-se-á à alínea a) da Ordem do Dia: “Fixação das Taxas Municipais...”

Pediu a palavra o deputado Luís Ginja para referir que no mandato anterior a “Palavra do Presidente da Câmara” era entregue no decorrer da Assembleia. Apelou ao entendimento entre os dois para não incorrerem no mesmo erro da Assembleia anterior, na medida em que se a palavra do Sr.

Presidente da Câmara for retirada da Ordem do Dia, ausentar-se-á novamente da reunião.

O Sr. Presidente da Assembleia explicou que nos mandatos anteriores o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia eram do mesmo partido e, como tal, a “Palavra do Presidente” era entregue com 5 dias de antecedência ao Presidente da Assembleia que, por sua vez, a distribuía na própria reunião.

Reiterou o que disse numa das Assembleias anteriores: o Sr. Presidente pode entregar-lhe o documento no próprio dia, mas datado com 5 dias de antecedência. Referiu também que está disponível para não colocar mais entraves se lhe for dado um funcionário para assessorar a Mesa da Assembleia.

O Membro da Assembleia Manuel Gonçalves referiu que muitas vezes os assuntos não são resolvidos por haver falta de comunicação e, nessa medida, questionou o Sr. Presidente da Assembleia se já apresentou essa proposta à Câmara Municipal e se pretende como assessor da Mesa da Assembleia uma pessoa em especial, ao que o Sr. Presidente da Assembleia respondeu que só propôs o funcionário José Ângelo porque está desaproveitado.

Face ao que foi dito, o deputado Manuel Gonçalves apelou ao entendimento entre as partes, para poderem prosseguir com os trabalhos.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que tal como foi dito em Reunião de Câmara irá falar com o funcionário de modo a resolver o assunto de uma vez por todas, só ainda não o fez porque o mesmo se encontra de baixa.

Depois de chegarem a um entendimento relativamente à questão do funcionário, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à consideração dos Membros da Assembleia a introdução da Palavra do Presidente da Câmara na Ordem do Dia, a qual foi aceite por unanimidade.

Passou-se de imediato à alínea a) da Ordem do Dia: “Palavra do Presidente da Câmara Municipal ao abrigo da alínea c), nº2 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro”.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para ler a informação constante deste ponto.

A deputada Maria João Castanheira usou da palavra para fazer uma observação ao que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente ao calcetamento na Matança, referindo que esse calcetamento resultou de uma rutura de águas que, conseqüentemente teve de ser resolvida. Relativamente à limpeza dos caminhos, não foi propriamente uma limpeza aos caminhos mas sim às bermas das estradas que ligam Aguiar da Beira a Fornos de Algodres, mas sobre esse assunto falará no ponto “Outros assuntos de Interesse para o concelho”.

O deputado Luís Ginja questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca do projeto E-Cidadão, se está relacionado com o protocolo com os CTT ou se é um projeto novo, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que, ao que sabe, depois dos protocolos entre o Secretário de Estado da Modernização Administrativa e as Câmaras, no distrito da Guarda ainda não está a funcionar.

O Sr. Presidente da Câmara relativamente à intervenção da deputada Maria João, referiu que não quer tirar-lhe o mérito pelo trabalho desenvolvido na Junta de Freguesia da Matança e que sempre houve colaboração entre Câmara e Junta.

Passou-se de seguida à alínea b) da Ordem do Dia: “Fixação das Taxas Municipais ao abrigo da alínea d) do n.º1 do art.º25 da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro e alíneas a) e c) do n.º1 do art.º. 112 do Decreto-Lei n.º 287/2003 de 12 de Novembro”.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que a taxa de IMI atual é de 0,5% e a proposta do executivo será a de manter essa taxa.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que não é vontade do executivo maximizar as taxas, no entanto, à semelhança do que já foi dito em Assembleias anteriores, tendo em conta o facto de a Câmara Municipal se encontrar em processo de Reequilíbrio Financeiro e ser acedente ao FAM, está obrigada por lei a fazê-lo, conforme parecer solicitado à DGAL que passou a ler:

“Caso o Município de Fornos de Algodres não cumpra as medidas que estão legalmente previstas nos normativos referidos ou adote medidas contrárias incorrerá no incumprimento do contrato de Reequilíbrio Financeiro, o que se poderá traduzir numa ilegalidade grave nos termos da Lei n.º27/96 de 1 de Agosto do Regime Jurídico da Tutela Administrativa, alterada pela Lei

Orgânica n.º1/2011 de 30 de Novembro e resultava na dissolução do órgão responsável pela tomada de decisão.”

O Membro da Assembleia Marcos Paulo interveio para ler uma declaração de voto da bancada do PSD relativamente às três taxas:

“Citando os vereadores do PSD:

Desde o início deste mandato que os vereadores do PSD da Câmara Municipal de Fornos de Algodres têm vindo a manifestar-se contra o aumento ou manutenção das taxas municipais, nomeadamente do IMI e do IMT, impostas pelo executivo PS ao abrigo da legislação, por considerarmos que, aplicar, num concelho pobre e do interior como o nosso, as taxas máximas permitidas pela lei é, no mínimo, dramático e penoso para quem cá vive e para quem cá se queira fixar e ainda sofrem o efeito das avaliações efetuadas em 2011 e 2012, sendo que, neste momento, já não existe qualquer cláusula de salvaguarda que possa minimizar o efeito perverso dessas avaliações.

Mais uma vez assistimos à insensibilidade do executivo PS, no alívio da carga fiscal municipal, não procurando proporcionar, a quem se fixou no concelho, fatores diferenciadores que incutam o desejo de cá continuar a residir, não incentivando outros a fazê-lo e, ao invés, contribuindo, cada vez mais, ao contrário dos municípios vizinhos, para um maior abandono do nosso território.

Trata-se portanto de uma medida injusta tendo em conta uma nova realidade não refletida na atual legislação.

A receita de impostos triplicou e apesar disso a legislação não introduziu fatores de discriminação positiva para territórios com uma população de fracos rendimentos e falta de emprego de qualidade.

Para além disso aquilo que somos obrigados a cumprir hoje devia ter coerência com o passado recente, quando a bancada do PS propôs a redução das taxas municipais sobre imóveis e a abolição da Derrama. Nessa altura estavam na oposição mas a legislação era a mesma, e não houve qualquer receio com as irregularidades graves.

É a mesma coerência do PS que os leva a não cumprir o plano de pagamentos do plano de reequilíbrio e a não venderem o Hotel de Vila Ruiva, conforme previsto no mesmo plano, para o ano de 2014.

Assim como também não se compreende o aumento exagerado das despesas com o pessoal político, que aumentou nos últimos dois anos três vezes, contrariando aquilo que é um dos imperativos de qualquer plano de reequilíbrio financeiro (redução das despesas correntes).

Em conclusão, não podemos votar a favor de medidas que penalizam ainda mais a nossa população, pelo que nos abstermos nas três deliberações (IMI, DERRAMA e IRS), esperando que no futuro, graças à criação do FAM (Fundo de Apoio Municipal), convém lembrar, medida do governo PSD, possa a nossa Autarquia, finalmente aproveitar essa oportunidade de virar a página da austeridade e começar uma nova vida, com investimentos e criação de emprego.”

O Membro da Assembleia Manuel Gonçalves referiu que há realmente uma carga fiscal exagerada, no entanto, há um plano de Reequilíbrio Financeiro e o parecer da DGAL vai no sentido de não podermos baixar as taxas. Ele próprio gostaria de votar contra a maximização das taxas, mas o FAM vem reiterar que incorremos em ilegalidade se assim o fizermos.

Seguidamente apresentou uma moção da Bancada do PS:

“Considerando que a adoção das taxas máximas está a contribuir para o já de si acelerado despovoamento do nosso concelho, uma vez que se constitui como fator inibidor para qualquer empresário que pense investir em Fornos de Algodres;

Considerando que cada vez mais jovens investem no setor imobiliário em concelhos limítrofes, onde, nomeadamente, a taxa do IMI representa quase metade da que é cobrada em Fornos de Algodres, levando mesmo a pensar que estamos em países diferentes;

Considerando que do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, e considerando as taxas médias do IMI, resultou um acréscimo significativo da receita;

Considerando finalmente que os cidadãos do concelho de Fornos de Algodres, para além de terem visto diminuir brutalmente os seus rendimentos, com as medidas da Troika, sofrem ainda, por acréscimo, as dificuldades e custos relativos à interioridade;

Não querendo, de forma alguma, questionar a legitimidade da proposta de adoção das taxas máximas apresentada pela Câmara Municipal de Fornos

de Algodres, com posterior aprovação na Assembleia Municipal, uma vez que a tal está obrigada por imposição do Plano de Reequilíbrio Financeiro;

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Fornos de Algodres exige que, por uma questão de justiça social e fiscal seja retirada a obrigatoriedade da adoção das taxas máximas, passando assim as mesmas a ser propostas e aprovadas pelos órgãos competentes, a exemplo do que acontece no restante território português.”

Acrescentou que o município deve lutar para que seja retirada da lei do Reequilíbrio a obrigatoriedade das taxas máximas, porque só assim terão liberdade para decidir.

O deputado Luís Ginja usou da palavra para referir que a declaração de voto da bancada do PSD o surpreendeu pela positiva, enalteceu a atitude apesar de não concordar com aspetos patentes nalguns parágrafos. Referiu ainda que no mandato anterior desempenhou funções de vereador e sempre votou pela maximização das taxas porque era um imperativo do Plano de Reequilíbrio. Quando o PS apresentou uma moção numa tentativa de redução das taxas, ainda não havia a consciência das consequências que daí adviriam.

Congratulou-se pela abstenção do PSD, porque de outra forma seria obrigado a votar contra.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que a única penalização pela redução das taxas municipais, se fosse uma decisão unânime e bem fundamentada, seria a perda de mandato de quem votasse contra.

A deputada Cristina Guerra referiu que em relação ao assunto das taxas, se há leis é para serem cumpridas e a lei 53/2014 de 25 de Agosto é clara relativamente a este assunto – estamos em plano e Reequilíbrio Financeiro e, nessa medida, temos de sofrer as consequências.

Referiu ainda que o executivo está a sonegar a alimentação às crianças do 1.º ciclo, cujos agregados não atingem os 1500€ de rendimento mensal e já estão a ser diferenciados centralmente, uma vez que uns pagam e outros não.

Acrescentou que para além do IMI há também o exagero das taxas aplicadas ao consumo de água, que é um bem essencial e que também é uma forma de cativar as pessoas a fixarem-se no concelho.

Ainda no que diz respeito às refeições escolares, referiu que se fica mal pagarem as refeições às suas filhas, pior fica o facto de as filhas do Sr.

Presidente da Câmara não estudarem nas escolas do concelho de Fornos, porque se queremos o bem do concelho temos de mostrar a nossa ligação.

O Sr. Presidente da Câmara relativamente à moção do PSD referiu que há coisas que não correspondem à verdade, nomeadamente quando se diz que a Câmara não está a pagar o financiamento; uma vez que em Maio do corrente ano o encargo financeiro iria subir, em negociação com a direção do FAM e com o sindicato dos bancos, ficou estabelecido que até à aprovação do FAM, a Câmara Municipal ficaria a pagar apenas os 166 mil euros.

Em relação ao Hotel de Vila Ruiva, se aparecer alguém interessado em pagar o valor inscrito para a venda do mesmo no Plano de Reequilíbrio Financeiro, a Câmara estará disponível para o vender. Foram feitas diligências com várias cadeias de hotéis com o objetivo de poderem alienar o Hotel mas, até à data, ainda não tiveram qualquer proposta nesse sentido.

No que concerne às taxas disse que compreende a situação mas não podem acusar o executivo de insensibilidade, na medida em que apesar do sacrifício a nível financeiro que tiveram de fazer, procederam à ligação das luminárias que até então se encontravam desligadas.

Relativamente ao IMI, no último congresso da Associação Nacional de Municípios foi apresentada uma proposta do município de Aveiro a qual foi aprovada por unanimidade, no sentido de expor junto da tutela uma recomendação para a redução da taxa, para que possa haver maior flexibilidade por parte dos municípios.

Relativamente à intervenção da deputada Cristina Guerra, o Sr. Presidente questionou qual a criança que em Fornos não almoça por dificuldades financeiras; os casos que forem assinalados como tal receberão ajuda por parte da Câmara Municipal.

No que diz respeito à questão das suas filhas, durante a campanha eleitoral foi acusado de não viver em Fornos, mas sempre fez parte de instituições do concelho e sempre se envolveu na defesa dos interesses da comunidade; as suas filhas não estudam em Fornos porque uma frequenta o conservatório e a outra frequenta uma escola na Guarda, onde reside. Saliou que tem uma casa alugada em Fornos onde passa alguns fins de semana.

A deputada Cristina Guerra referiu que relativamente à sua vida particular o Sr. Presidente da Câmara não tem de lhe dar satisfações e, pelo facto, pediu desculpa.

Referiu também que quando chegou a Fornos de Algodres nem casa tinha, nunca foi subsidiada e que não é preciso mendigar para se ser necessitado. Considera que agregados com rendimentos abaixo dos 1500€ carecem de apoio. No caso concreto das refeições, as pessoas que ficam de fora têm rendimentos de 700€ mensais. Acrescentou que também já foi abordada nas reuniões da Associação de Pais a questão do horário da escola do 1.º ciclo, o qual não é compatível com o horário dos pais, que se veem impossibilitados de ir buscar as crianças para almoçar em casa e que todas estas coisas têm de ser conjugadas.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que o atual governo está a ponderar alterar a taxa do IMI, em conformidade com os rendimentos das famílias e depois se verá onde termina o conceito de rico e começa o conceito de pobre.

Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que lhe facultasse, por escrito, quanto é que a Câmara poupou, anualmente, com o facto de não distribuir refeições e manuais escolares a todas as crianças, para dar a conhecer à Assembleia, ao que o Sr. Presidente da Câmara retorquiu que o documento ser-lhe-á facultado apesar de verem as coisas sob prismas diferentes: uns como uma questão de poupança e outros como uma forma de justiça social.

O Sr. Presidente da Assembleia relativamente à alínea b) da Ordem do Dia "Fixação das Taxas Municipais ao abrigo da alínea d) do n.º1 do art.º25 da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro e alíneas a) e c) do n.º 1 do art.º 112 do Decreto-Lei n.º287/2003 de 12 de Novembro, colocou o assunto a votação tendo sido o mesmo considerando a taxa de IMI de 0,5% e outras taxas máximas, aprovado por maioria com as abstenções dos deputados eleitos pelo PSD, Presidente de Junta independente e Presidentes de Junta eleitos pelo PSD à exceção dos Presidentes do Casal Vasco e Figueiró da Granja.

Passou-se à alínea c) da Ordem do Dia: "Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável ao abrigo da alínea d) do n.º1 do art.º 25 da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro e art.º 18 da Lei n.º72/2013 de 3 de Setembro".

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a questão é a mesma que se colocou com o IMI, tendo em conta que decorre da lei.

O deputado Rui Furtado usou da palavra para referir que as empresas do nosso concelho estão a atravessar uma época difícil a nível financeiro e a Derrama recai sobre todas aquelas que apresentem lucro tributável. Como representante de uma empresa que concluiu um projeto PRODER que rondou os 400 mil euros, é com desalento que encara as incertezas do futuro, na medida em que os impostos são muitos. Sabe que o Sr. Presidente da Câmara está a envidar todos os esforços para reverter a situação mas acha que tem sido feito muito pouco pelas empresas do concelho, na medida em que se no futuro não houver empresas, consequentemente não haverá pessoas.

O deputado Artur Oliveira referiu que veio uma vez mais ao de cima o fatalismo do Plano de Reequilíbrio Financeiro que faz prolongar no tempo a agonia dos empresários do concelho; sabem que têm de cumprir a Lei, mas já anteriormente foi lançado o desafio de reverter esta disposição legal, que vai restringir o desenvolvimento do concelho.

Reiterou o seu apelo feito em Assembleias anteriores que o princípio não é não cumprir Lei, mas inverter a situação perante a tutela.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o FAM foi a solução possível, aprovada por unanimidade, para aliviar as contas da Câmara Municipal, nomeadamente os valores pagos mensalmente.

O Sr. Presidente da Assembleia relativamente à alínea c) da Ordem do Dia: “Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável ao abrigo da alínea d) do n.º1 do art.º25 da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro e art.º 18 da Lei n.º73/2013 de 3 de Setembro” colocou o assunto a votação tendo sido o mesmo aprovado por maioria com as abstenções dos deputados eleitos pelo PSD, Presidente de Junta Independente e Presidentes de Junta eleitos pelo PSD à exceção dos Presidentes do Casal Vasco e Figueiró da Granja.

Passou-se de imediato à alínea d) da Ordem do Dia: “Participação variável no IRS ao abrigo do art.º 26 da Lei n.º73/2013 de 3 de Setembro”.

Não se tendo verificado inscrições, foi a mesma colocada a votação tendo sido o mesmo aprovada por maioria com as abstenções dos deputados eleitos pelo PSD, Presidente de Junta Independente e Presidentes de Junta

eleitos pelo PSD à exceção dos Presidentes do Casal Vasco e Figueiró da Granja.

Passou-se ao ponto 4 da Ordem do Dia: “Outros assuntos de interesse para o concelho”, tendo usado da palavra o Membro da Assembleia Manuel Gonçalves para referir que no sentido Fornos-Gare – Fornos de Algodres, há duas vias descendentes em direção à Misericórdia. Colocou à consideração da Câmara Municipal a alteração da primeira via, tendo em conta o mesmo sentido, para ascendente, desde que haja essa possibilidade e não se coloque em risco a segurança das pessoas.

Por fim alertou para o facto de o cemitério estar quase lotado.

A deputada Maria João Castanheira abordou novamente a questão das Equipas Multifunções, referindo que estas ainda não se deslocaram à freguesia da Matança e, ao que sabe, também a outras freguesias.

Seguidamente pediu esclarecimentos relativamente ao facto de ainda haver Juntas de Freguesia com funcionários da Câmara ao seu dispor.

A deputada Cristina Guerra referiu que em Assembleias anteriores, ela e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Figueiró da Granja tinham alertado para a situação da D. Josefa, cuja família tem graves problemas de saúde e necessita constantemente de assistência médica; uma vez que as ambulâncias não conseguem fazer inversão de marcha, foi solicitado ao Sr. Presidente da Câmara que enviasse os Serviços Técnicos ao local para analisar a situação; efetivamente, os Serviços Técnicos deslocaram-se ao local mas, até à data, nada foi comunicado.

Referiu também que está uma casa em Fornos de Algodres com sinais visíveis de degradação, de tal forma que foram lá colocadas umas grades da proteção civil e questionou o Sr. Presidente da Câmara se a colocação das grades são uma forma de desresponsabilizar os proprietários. Ainda em relação a este assunto, chamou a atenção para a casa em degradação perto da misericórdia, uma vez que o Inverno está a chegar e esta pode entrar em derrocada.

Seguidamente perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se houve concurso público para a mudança de Seguradora, pois caso contrário não vê legitimidade para tal.

Na sequência do que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara na “Palavra do Presidente” relativamente aos projetos que estão a ser estudados pelos Gabinetes técnicos dentro do Programa 20/20, questionou o Sr. Presidente da Câmara se algum desses projetos se prende com a melhoria da eficiência térmica das casas cuja proprietária é a Câmara Municipal nomeadamente do Bairro Social, uma vez que há um projeto muito interessante e que é financiado a 100%.

O Membro da Assembleia Manuel Paraíso começou a sua intervenção por se congratular com a realização de dois eventos em Fornos de Algodres: “Ao encontro da Semente” e “XXIII Edição da CEM”, que trouxeram perto de 400 pessoas ao concelho; o evento “Ao encontro da Semente” só pecou por não ter uma amplitude ao nível do concelho e se restringir à margem esquerda do Mondego.

De seguida deixou duas questões: para quando está prevista a solução do problema da fossa de Vila Ruiva e quando serão transferidas as verbas relativas às limpezas para as Juntas de Freguesia.

O Membro da Assembleia Marcos Paulo referiu que é do conhecimento público que no anterior mandato havia a atribuição de funcionários a algumas freguesias e, ao que sabe, houve alterações. Nessa medida gostaria de saber qual o critério utilizado na atribuição desses funcionários e o porquê de haver funcionários adstritos apenas a duas freguesias.

O deputado Rui Furtado referiu que assim que o processo do FAM esteja concluído, seria oportuno dar a conhecer à Assembleia os novos prazos e as novas condições.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o FAM já foi aprovado mas carece de parecer prévio da Comissão de Acompanhamento; depois desse parecer será presente à Reunião de Câmara e, por sua vez, à Assembleia Municipal para esta se pronunciar.

Relativamente à questão dos funcionários, há apenas uma funcionária adstrita ao Jardim de Infância de Figueiró da Granja, ao abrigo de um protocolo assinado pelo anterior executivo, relacionado com a cedência de instalações.

No que diz respeito à intervenção do deputado Manuel Paraíso, também se congratulou com as iniciativas, esteve presente nas duas, acrescentando que foi um fim de semana em pleno.

Em relação à questão das fossas, estão inscritos valores no próximo orçamento para fazer face a essa situação. No presente está a ser estudada a viabilidade de algumas soluções, nomeadamente uma praticada na Irlanda e com um custo reduzido.

Relativamente às verbas das Juntas de Freguesia, tal como a lei o obriga, serão transferidas até ao final do ano.

Relativamente à questão da eficiência térmica, a Câmara Municipal de Fornos em conjunto com outras Câmaras que fazem parte da Comunidade Intermunicipal fizeram uma candidatura nesse sentido, através da qual foram identificados alguns edifícios, nomeadamente o da Câmara Municipal e o das piscinas, no entanto, não há um regulamento nem um aviso de candidatura; o que nos foi transmitido pela Presidente da CCDR foi que o investimento depois de ser feito terá de ser repostado pela Câmara. A comunidade Intermunicipal está a tentar resolver a situação junto das instâncias competentes.

No que concerne às casas em ruínas, a colocação das grades da proteção civil é uma salvaguarda para as pessoas que por lá passam e não uma desresponsabilização dos proprietários.

Relativamente à casa perto da misericórdia, o herdeiro já foi notificado, no entanto é uma situação que requer alguma prudência uma vez que existem bens no interior da propriedade.

No que diz respeito à questão da D. Josefa, os Serviços Técnicos já se deslocaram ao local e, em conjunto com o Presidente da Junta de Freguesia de Figueiró da Granja, estão a estudar o caso no sentido de arranjar uma solução.

Em relação à intervenção da deputada Maria João, o Sr. Presidente da Câmara referiu que não é fácil providenciar as brigadas uma vez que a câmara tem poucos funcionários e, por vezes, surgem situações que não estão acauteladas, mas sempre que necessário deslocar-se-ão à freguesia da Matança.

Relativamente à descida da misericórdia, irá falar com os Serviços Técnicos no sentido de emitirem parecer sobre essa questão.

No que diz respeito ao cemitério, o talhão de baixo ainda não foi utilizado por precaução, uma vez que, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos, o muro está a ruir. Esta questão é também uma preocupação deste

executivo, de tal forma que já foi inscrita no próximo orçamento uma rubrica para fazer face a essa situação.

O Sr. Presidente da Assembleia solicitou a ligação de uma lâmpada em frente à sua casa que se encontra desligada há ano e meio.

Relativamente à questão das casas em degradação deixou a sugestão de duplicar o IMI aos proprietários das casas que estão nessa situação.

O Sr. Presidente da Câmara perguntou ao Sr. Presidente da Assembleia se a lâmpada em frente à sua casa estava desligada ou fundida, ao que este respondeu que estava fundida. Neste caso o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que será mais célere a intervenção da EDP quando é o próprio utente a efetuar o pedido.

Passou-se de seguida ao ponto 4 da Ordem do Dia: “Intervenção do público”.

Usou da palavra o elemento do público José Aurélio Marques Veiga para se congratular com o entendimento entre Câmara e Assembleia Municipal, salientando que é importante para o desenvolvimento e imagem do concelho.

Fez um apelo ao Sr. Presidente da Câmara para que o relacionamento institucional com os Presidentes das Juntas de Freguesia fosse discriminativo de forma positiva, de modo a ir ao encontro dos anseios e carências das Juntas.

Referiu ainda que foi mencionado um calcetamento na freguesia de Queiriz, mas não se apercebeu da obra.

Fez referência a uma obra efetuada recentemente na Serra do Pisco relacionada com as eólicas, que obrigou ao corte de um caminho rural e de uma estrada municipal, na qual houve a necessidade de repor o pavimento. Numa determinada data, sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que renegociasse com a empresa que iria repor o pavimento, ao que o Sr. Presidente da Câmara lhe respondeu que iria rever essa situação, uma vez que não traria quaisquer custos nem para a Câmara nem para a empresa. Ao deslocar-se ao local constatou que estava tudo como previsto inicialmente e, ao inteirar-se da situação foi-lhe comunicado que não tinha havido qualquer tipo de negociação.

O elemento do público Maria João Vasconcelos usou da palavra para lamentar a arrogância de algumas pessoas nomeadamente do PS em relação

ao PSD, e para manifestar a sua posição relativamente à maximização das taxas do IMI, referindo que estamos num concelho pobre e que esse aumento é escandaloso.

Referiu que leu num papel que anda a circular que uma Sra. chamada Dr.<sup>a</sup> Rita beneficiou de um apoio de 75 mil euros para fazer um curso em Viseu e que durante o mandato do Dr. Miranda, essa mesma senhora lhe tinha pedido esse apoio o qual lhe foi recusado.

Por fim questionou o executivo acerca desta situação que, a ser verdade, seria escandaloso face à atual situação do município.

O Sr. Presidente da Câmara pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para passar a palavra à Vice-Presidente da Câmara, uma vez que a intervenção do elemento do público Maria João Vasconcelos pôs em causa o seu bom nome.

Usou da palavra a Sra. Vice-Presidente da Câmara para referir que uma vez que atentou contra a sua dignidade, vai agir nos locais competentes relativamente à afirmação que a senhora proferiu e será aí que o assunto ficará resolvido.

O elemento do público José Aurélio interveio para referir que como representante do PSD, não passou nenhum mandato a ninguém para falar em nome do partido, no entanto, a senhora vereadora poderia ter respondido com mais clareza à Assembleia Municipal.

A Sra. Vice-Presidente da Câmara referiu que só esclarece o que tem de ser esclarecido nos locais próprios para o efeito.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o projeto “Empreendedorismo”, foi aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara e que durante a votação do mesmo a Vice-Presidente se ausentou da reunião; é um projeto cujo objetivo era criar postos de trabalho e do qual não se arrepende.

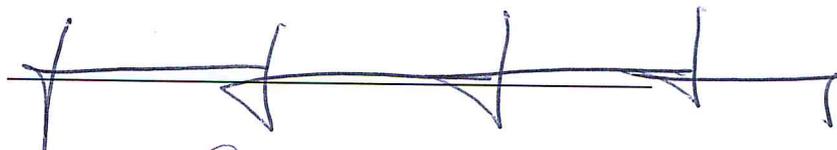
Relativamente ao calcetamento na freguesia de Queiriz, caso seja necessário, o Presidente da Junta de Freguesia de Queiriz indicará onde este foi feito.

No que concerne à obra da Serra do Pisco, pediu parecer à CCDR no sentido de saber qual a viabilidade da mesma, ao que lhe foi dito que, caso o fizesse, incorreria em contraordenação grave, na medida em que se trata de uma zona ecológica que não pode ser alcatroada.

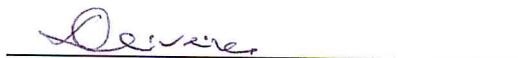
O Sr. Presidente da Assembleia de imediato submeteu a votação, a aprovação em minuta das deliberações, tendo sido aceite e depois de lida foi aprovada por unanimidade e assinada pela Mesa.

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.

O Presidente

A long, horizontal, stylized handwritten signature in blue ink, consisting of several vertical strokes and a continuous horizontal line.

O Primeiro Secretário

A handwritten signature in blue ink, appearing to be the name 'Dennis', written above a horizontal line.

O Segundo Secretário

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping, sweeping strokes, written above a horizontal line.